

BOOK REVIEW

RESENHA DE LIVRO

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002. p. 252.

Nágela Aparecida de Melo

O autor desse livro é médico pediatra, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e doutorando no programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo.

O livro é o resultado da sua pesquisa de mestrado, defendida no ano de 2002, no Instituto de Geografia da UFU. Trata mais especificamente da formação do espaço do Triângulo Mineiro no período entre o ano de 1750 e 1861. São mais de cem anos do tempo histórico e uma série de processos sócio-espaciais desde os “índios da Farinha Podre,” passando pela ocupação geralistas, formação dos arraiais, vilas e cidades até a consolidação de “Uberaba como centro regional do Império”, remontados, descobertos, mapeados e analisados por Lourenço (2002).

Como reflexo da qualidade do trabalho de pesquisa realizado, Luís Augusto B. Lourenço recebeu o prêmio de melhor dissertação em Geografia da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE) no ano de 2003.

O trabalho está estruturado em seis capítulos bem articulados que possibilitam uma leitura do Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX, no que diz respeito a sua formação, sociedade da época, suas técnicas e organização sócio-econômica e espacial.

No primeiro capítulo, o autor apontou o percurso teórico-metodológico trilhado para a elaboração da pesquisa. A realização do trabalho seguiu a perspectiva da Geografia Histórica, tendo como referência a metodologia de Carl Ortwin Sauer (2002). As diretrizes centrais dessa metodologia são o mapeamento, a influência do meio ambiente na história humana vista pela perspectiva da “resposta ambiental”

(environmental response), a historicidade e a cultura (área cultural). Em suma o autor utilizou as seguintes metodologias para a elaboração do trabalho: pesquisas em arquivos (Arquivo Público de Uberaba), trabalhos de campo, mapeamentos, entrevistas, materiais iconográficos e referências bibliográficas variadas desde os trabalhos de escritores regionais, trabalhos não-acadêmicos, textos teóricos aos relatos dos viajantes do século XVIII e XIX.

No segundo capítulo, intitulado como “Os índios da Farinha Podre”, o autor discorreu sobre o ambiente do Cerrado procurando identificar as possibilidades oferecidas às sociedades que ocuparam a região. Da mesma forma apresentou as características do ambiente, ou seja, do “Cerrado indígena” e discorreu sobre a transformação deste em “Cerrado geralista”. Nesse processo várias técnicas indígenas foram apropriadas pelos colonizadores, porém, a forma de organização sócio-econômica e cultural foi eliminada. Conforme afirmou Lourenço (2002), houve aculturação indígena, violência e imposição de nova forma de organização espacial e sócio-cultural, constituída inicialmente pelos aldeamentos indígenas que “tinham uma natureza diferente de outro tipo de aglomerado que existiu em seu tempo: os arraiais luso-brasileiros. [...]. Os aldeamentos indígenas eram, ao contrário, espaços impostos a seus ocupantes, criados para abrigar indivíduos tidos pela sociedade inclusa como uma casta que pairava num limbo: não eram escravos, e tampouco homens livres” (LOURENÇO, 2002, p. 49).

O terceiro capítulo, “Triângulo Mineiro: uma fronteira na Colônia e no Império”, é dedicado a análise do processo de ocupação do Triângulo Mineiro pelos geralistas. O autor, nessa parte do trabalho, discorreu sobre os fatores motivadores da migração de mineiros da região mineradora para as áreas de fronteira negando a idéia de “decadência” da economia mineira no século XVIII. A formação de uma economia agropastoril é apontada como um fator que se opõe à proclamada “decadência”. Nesse sentido Lourenço afirmou que: “[...] não houve colapso econômico com o esgotamento da mineração porque já se encontrava em funcionamento, há muito tempo, uma estrutura produtiva bastante diversificada, e que obtinha a maior parte de sua renda em atividades agropastoris e manufatureiras”. Em relação aos fatores impulsionadores da “diáspora mineira”, Lourenço (2002) declarou que ocorreram processos semelhantes aos estudados por Marcílio (2000), na Província de São Paulo. “No caso mineiro,

contudo, pressões demográficas maiores sobre uma superfície agricultável relativamente menor, por causa das superfícies que tiveram os solos removidos pelas lavagens da mineração, levaram a uma superutilização das áreas de cultivo, refletindo-se num encurtamento do período de pousio. [...]. O resultado era um nível de esgotamento tal que impedia até mesmo a reconstituição da capoeira”. (LOURENÇO, 2002, p.68). Para Lourenço (2002) foi nesse contexto que iniciou, a partir de 1760, um intenso movimento migratório em direção “a todas regiões circunvizinhas” a região mineradora da capitania de Minas Gerais.

Esse movimento populacional também se dirigiu para o oeste da província, levando juntamente práticas e técnicas de agropecuária para o ambiente do Cerrado. Porém, conforme descrito por Lourenço (2002), a presença na região de uma “importante rede de quilombos” se constituiu um “poderoso empecilho”. O autor relatou a guerra travada contra os quilombos e a formação dos primeiros povoados no oeste mineiro. “Os primeiros núcleos de povoados surgidos no oeste mineiro foram ainda orientados pelas descobertas auríferas”, porém desde o final do século XVIII, a economia da agropecuária tradicional também motivou a constituição de povoamentos.

O autor trabalhou, ainda nesse capítulo, a formação do Desemboque, a colonização de geralista nos sertões dos Araxás e da Faria Podre. Por fim, com base nos dados coletados nos inventários *post mortem* do século XIX, analisou os fatores de atração e repulsão migracional, aspectos demográficos e geopolíticos da migração geralista. Em síntese, de acordo com as afirmações de Lourenço (2002), tratava-se de um movimento migratório de caráter familiar, com altas taxas de nupcialidade, mortalidade e fecundidade e com uma estrutura que indicava a formação de novas famílias que se assentavam nas imediações.

No quarto capítulo o autor buscou reconstituir “as formas de viver no sertão” a partir de análise dos complexos técnicos, evidenciando aspectos da paisagem do Triângulo Mineiro na primeira metade do século XIX. Analisando os inventários *post mortem* e comparando com outras pesquisas, o autor conseguiu identificar a estrutura das propriedades rurais e os instrumentos técnicos utilizados.

O uso da terra era destacado pelas denominações de terras de culturas e campos de criar, onde as primeiras eram “assim chamadas por serem as mais apropriadas aos cultivos de subsistência, por causa da sua fertilidade natural” e as segundas por se

referir “às áreas usadas para o pastejo” (LOURENÇO, 2002, p. 121).

As propriedades rurais foram denominadas pelo autor de “fazendas agropecuárias” por se constituírem em estabelecimentos rurais bastante diversificados na época. A produção de milho e outros produtos agrícolas se voltavam para o autoconsumo e a criação de gado bovino era uma das fontes de excedentes comercializáveis. “No caso da pecuária o equipamento técnico resumia-se aos currais de aroeira, aos cochos de sal e aos animais de montaria” (LOURENÇO, 2002, p. 128). O autor identificou que a pecuária do oeste mineiro, no século XIX, se diferenciava da praticada no Sertão do rio São Francisco e na comarca do Rio das Mortes. As diferenças estavam, sobretudo, relacionadas aos aspectos geográficos do Cerrado, à mão-de-obra empregada, ao custo do sal na região e à distância dos mercados litorâneos. A área em estudo no trabalho é descrita pelo autor como integrante do *complexo do milho*.

Foram trabalhadas também nesse capítulo, a técnica da fiação e da tecelagem praticada no oeste mineiro no século XIX e os aspectos das moradias rurais. Lourenço (2002) destacou que a paisagem rural mineira era marcada por edificações rústicas, onde morava a família do fazendeiro e habitações unifamiliares, vizinhas à casa do proprietário, destinadas aos escravos.

No quinto capítulo o autor analisou a estrutura da economia do oeste mineiro no século XIX, evidenciando as formas de riquezas da época (propriedade fundiária, posse de escravos, gado e dívidas ativas), a concentração da riqueza (índice de GINI igual 0,6713), e o baixo nível da divisão social do trabalho que “em parte [...] devia-se à própria condição de fronteira da região em estudo” (LOURENÇO, 2002, p. 165).

Com base nos dados observados e analisados nesse capítulo, Lourenço (2002) identificou traços comuns entre a sociedade carioca, a mineira da região aurífera-metalúrgica e a triangulina, especificamente no que se refere a “hierarquia econômico-social fortemente diferenciada; presença do capital usuário com endividamento generalizado; baixo nível de divisão social do trabalho e mercados restritos e instáveis”.

Esse capítulo é ainda marcado por uma revisão teórica sobre a sociedade colonial brasileira. Os dados identificados como parte da realidade sócio-econômica do Triângulo Mineiro e as reflexões de Lourenço (2002) reforçam as considerações de que

“as práticas e instituições do Brasil Colônia foram resultados da economia e da cultura política do Antigo Regime português, e como tal se inscreviam no quadro geral das sociedades pré-capitalistas de então” (LOURENÇO, 2002, p. 174).

O sexto capítulo é dedicado a análise do urbano no oeste mineiro. O processo de urbanização na região do Triângulo Mineiro, a partir do final do século XVIII, teve origem na fundação dos arraiais pela formação de patrimônios religiosos. Conforme explicou Lourenço (2002, p. 197), o arraial cumpriu um duplo papel: “era o elo entre a comunidade e o Estado, por meio das instituições eclesiais, e ao mesmo tempo o núcleo no qual ela reforçava seus laços e reproduzia sua identidade”. O arraial também teve uma outra importante finalidade, pois passou ser “uma espécie de reserva de força de trabalho para os fazendeiros, principalmente para estes obterem os *jornaleiros*” (LOURENÇO, 2002, p. 200). O arraial do século XIX, no Oeste Mineiro, foi considerado por Lourenço (2002) como uma espécie de aglomerado proto-urbano devido à presença de uma população sedentária e da especialização em serviços.

Lourenço (2002) analisou nesse capítulo quais eram, no século XIX, os moradores dos arraiais triangulinos, como viviam, as atividades realizadas nesses espaços, a organização sócio-espacial e as relações comerciais estabelecidas com outros lugares (rede comercial uberabense), tendo como principal foco o arraial de Uberaba.

Em suma a referida obra é um importante trabalho de pesquisa tanto por constituir uma nova fonte de dados primários, mapeamentos e reflexões teóricas, quanto por apresentar temática e redação instigantes. Leitura indicada a todos que se interessam pelos estudos históricos e geográficos do Triângulo Mineiro.